Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

Teorias alinhadas ao enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais - CBST

Sérgio Marian[1]
Valério Alécio Turnes[2]

Resumo: A construção do arcabouço enfoque teórico metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais – CBST conduz à um olhar que envolve relações entre atores, produtos e serviços de qualidade de um território. Por ser uma proposta inovadora na identificação de recursos e ativos territoriais e na valorização dos mesmos, estudos realizados sobre o tema no Brasil fazem analogias e/ou apontam elementos complementares a CBST, nesse sentido o presente estudo tem como objetivo analisar estas analogias e complementaridades entre a CBST e as demais teorias que tratam da relação entre atores territoriais, valorização do território, bem como no monitoramento dessas relações. Trata-se de uma pesquisa exploratório, com viés qualitativo, cuja fonte de pesquisa é documental. Os principais resultados indicam que a teoria dos sítios simbólicos de pertencimento, traz a dimensão do sentido de pertencimento a um determinado território e cultura, pois contém os aspectos culturais e a trajetória de determinado grupo social e suas relações; o conceito da Teoria Geral dos Sistemas – TGS viabiliza um olhar que envolve uma quantidade maior de atores, contribuindo para o desenvolvimento do território; A Teoria dos Comuns tem forte relação com o enfoque da CBST e destaca a necessidade de criar mecanismos de governança, pois o sucesso dos atores territoriais depende da capacidade e eficiência da coordenação de suas ações; e o Enfoque das Coalisões de Atores concentra sua atenção e ações na articulação e capacitação dos atores em torno das políticas públicas, priorizando espaços para decisão e deliberação.

Palavras-Chave: Cesta de Bens e Serviços Territoriais-CBST, Teoria Geral dos sistemas – TGS, Teoria dos Comuns, Enfoque das Coalisões de Atores.

[1] Doutorando do PPGPLAN/UDESC, Florianópolis/SC/BR. Sergio.marian@udesc.br
[2] Doutor – professor PPGPLAN/UDESC, Florianópolis/SC/BR. Valerio.turnes@yahoo.com.br

VII SEDRES
Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

Aligned theories focusing on the Basket of Territorial Goods and Services - CBST

Abstract: The construction of the theoretical and methodological framework of the Basket of Territorial Goods and Services (CBST) leads to a perspective that involves relationships between actors, products, and quality services of a territory. As an innovative proposal in identifying territorial resources and assets and their valorization, studies conducted on the topic in Brazil draw analogies and/or point out complementary elements to the CBST. In this regard, the present study aims to analyze these analogies and complementarities between the CBST and other theories that address the relationship between territorial actors, territorial valuation, as well as the monitoring of these relationships. This is an exploratory research with a qualitative bias, whose source of research is documentary. The main results indicate that the theory of symbolic sites of belonging brings the dimension of the sense of belonging to a specific territory and culture, as it includes the cultural aspects and the trajectory of a certain social group and its relationships; the concept of General Systems Theory (GST) enables a perspective that involves a larger number of actors, contributing to the development of the territory; the theory of the commons has a strong connection with the CBST approach and highlights the need to create governance mechanisms, as the success of territorial actors depends on the capacity and efficiency of the coordination of their actions; and the actor coalition approach focuses its attention and actions on the articulation and training of actors around public policies, prioritizing spaces for decision and deliberation.

Keywords: Basket of Territorial Goods and Services (CBST), General Systems Theory (GST), Theory of the Commons, Actor Coalition Approach.

1 – Introdução

De acordo Lakatos (2023) teoria é "um meio para interpretar, criticar e unificar leis estabelecidas, modificando-as para se adequarem a dados não previstos quando de sua formulação e para orientar a tarefa de descobrir generalizações novas e mais amplas", pautado nesse fundamento Mollard e Pecqueur (2023) e diante de

novos fatos descobertos da década de 1990, no sul da França, elaboraram a Cesta de Bens e Serviços Territoriais – CBST.

Os estudos empíricos iniciados em Baronnies, sul da França, por Amédée Mollard e Bernard Pecquer, ao conduzir um olhar envolvendo as relações entre os atores, produtos, qualidade e território permitiu a construção do arcabouço teórico metodológica da CBST. Trata-se de uma proposta inovadora para a identificação e valorização dos espaços rurais trazendo conceitos de aplicação geral com uma melhor avaliação das peculiaridades do território e seus atores (MOLLARD e PECQUEUR, 2023).

As primeiras publicações com os resultados das pesquisas somente ocorreram em 2001, na revista francesa Économie Rurale, quando as hipóteses a análises dos trabalhos empíricos foram apresentadas e, de acordo com Mollard e Pecqueur (2023), mesmo após mais de 15 anos de pesquisas países anglo-saxonicos tem ignorado tais conceitos, entretanto estão sendo retomados na América Latina e no sul da Europa.

No Brasil o enfoque da CBST, de acordo com Cazella, et al (2019), vem sendo utilizado de maneira incipiente, o conceito ainda precisa ser adaptado a realidade do brasileira, motivo pelo que há pesquisas relacionadas com a CBST abordando temas como diagnóstico de produtos e serviços que podem configurar o efeito cesta num território, dentre eles De Paula (2019) e Medeiros (2021) na Serra Catarinense, Thechio, et al (2019) no Oeste de Santa Catarina, Milano e Cazella (2023) no Planalto norte de Santa Catarina e Froehlich e Roque (2023), na Região da Quarta Colônia no Rio Grande do Sul.

Em estudos realizados no Brasil o enfoque teórico metodológico da CBST tem sido relacionado com outras teorias, dentre elas estão a Teoria dos sítios simbólicos de pertencimento (TECCHI, et al, 2021 e DORIGON, 2023), Teoria Geral dos Sistemas – TGS (TURNES, et al, 2023), Teoria dos comuns (MILANO e CAZELLA, 2023) e o enfoques das Coalisões de Atores (DESCONSI, 2023). O presente artigo discorre sobre estas teorias com o objetivo de analisar similaridades e diferenças entre o enfoque teórico metodológico da CBST e as demais teorias que tratam da relação entre atores territoriais bem como o monitoramento dessas relações.

Trata-se de uma pesquisa exploratório, com viés qualitativo, cuja fonte de pesquisa é documental.

2 – Cesta de Bens e Serviços Territoriais - CBST

O enfoque teórico metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais – CBST surge diante de um cenário pós segunda guerra mundial, onde a produção em série era predominante face a globalização, que realocou a produção e priorizou a padronização. As observações empíricas realizadas, no Sul da França, tomando como base o azeite de oliva, permitiu evidenciar a existência de uma qualidade territorial deste produto, aliando características do produto devido ao local onde é produzido com sua história e com o saber fazer, tais itens eram valorizados pelo consumidor que se propõe a pagar um preço superior a este produto frente aos concorrentes, devido a valorização da qualidade intrínseca do azeite produzido no território estudado (MOLLARD e PECQUEUR, 2023).

Um quesito fundamental da abordagem da CBST consiste em reconhecer fatores a serem revelados, explorados ou estruturados de um território, tendo os atores locais como protagonistas desse processo (PECQUEUR, 2005).

O enfoque teórico metodológico da CBST "reflete a constituição de uma oferta de bens e serviços que é co-construída pela interação entre fornecedores e consumidores, na qual esses últimos exercem uma função muito ativa" (PECQUEUR, 2023) e, pela sua ancoragem territorial, a CBST se distingue dos demais modelos por considerar a diferenciação dos produtos e serviços de qualidade do território que são apreciados pelo consumidor.

Mollard; Pecqueur (2023) identificaram durante a formulação dos pressupostos da teoria da CBST que "a oferta diferenciada de produtos e serviços de qualidade territorial ligados à origem e tradição (território, tipicidade, autenticidade) converge agora com forte aumento da demanda por esse perfil de produtos e serviços". A formação de uma CBST num determinado território precisa da ação intencional de atores locais envolvidos para criar condições ao seu surgimento e, segundo Mollard; Pecqueur (2023), deve ter como base os seguintes pressupostos:

I – Uma oferta específica de produtos e serviços privados;

II – Uma demanda inelástica e específica de compras; e

III – Bens públicos que aumentam o valor da cesta de bens.

Como se trata de "um modelo social baseado em recursos potenciais, esse modelo necessita de formas convergentes e coerentes de coordenação entre os atores envolvidos para ser sustentado" (MOLLARD; PECQUEUR, 2023)

O enfoque teórico metodológico da CBST, de acordo com Pecqueur (2005) e Cazella et al., (2019), está alicerçada em três principais componentes: a) produtos e

serviços privados de qualidade territorial; 2) cenário constituído por atributos naturais, históricos e tradicionais; e 3) sistema de governança territorial engendrado por multiatores. A cesta é, portanto, "uma combinação complexa de diversos elementos que revelam a existência de `ecossistemas societários´, nos quais se coordenam inicialmente elementos de proximidade geográfica e, em seguida, de proximidade organizacional" (PECQUEUR, 2023), onde tais sistemas imitam os fatores técnico-econômico-antrópicos (esfera do homem) e os fatores eco-climáticos-edafológicos (esfera da natureza).

Na CBST, para Pecqueur (2001), o consumidor avalia positivamente produtos e serviços que contém os critérios territoriais de produção, história e cultura do lugar, isso só reforça a imagem de qualidade intrínseca do produto. Medeiros et. al (2021) dizem que na formulação original do enfoque da cesta, os territórios rurais estão mais ou menos próximos de seus componentes, "alguns se destacam por cenários exuberantes associados a uma remarcada preservação ambiental. Outros apresentam situações híbridas, com zonas e atores implicados em sistemas convencionais de produção, que se distanciam dos preceitos da Cesta" (MEDEIROS et al (2021), portanto é viável a convivência de produtos e serviços genéricos e específicos no mesmo território.

De acordo com Pecqueur (2023) as diferentes características das esferas, a do homem e da natureza, conduzem a ideia de que, além dos produtos e serviços, o próprio território torna-se um produto que pode ser vendido, "por meio das contribuições de todos os atores (incluindo os atores públicos) e da integração das amenidades ambientais (paisagens, climas etc.)" na medida que tais elementos e atores são mesclados e ofertados em conjunto.

A valorização coletiva dos recursos territoriais que compõem a CBST, tem papel importante na construção de um território, de maneira mais contundente nos recursos específicos territoriais (PECQUEUR, 2005) que podem ser ativados. Lins (2016) afirma que "os ativos específicos vinculam-se aos componentes sociais e culturais do território, mostrando-se inseparáveis da história local".

Uma CBST pode ser constituída por produtos ou serviços de diferentes setores, numa combinação de bens privados e públicos (PECQUEUR, 2005), o que viabiliza o envolvimento de uma quantidade maior de atores, contribuindo para o desenvolvimento do território, Mello e Froehlich (2022), por exemplo, fazem menção a inclusão do artesanato na CBST da Quarta Colônia do RS e ressaltam "a importância de se considerar os aspectos culturais e simbólicos do território para se obter um desenvolvimento com protagonismo de atores locais, buscando atender às suas necessidades e anseios".

De acordo com Cazella, Dorigon e Pecqueur (2023) atualmente as condições de desenvolvimento da economia cognitiva, tem permitido situações de diferenciação por especificação, o que pode gerar vantagem comparativa frente a globalização, viabilizando uma "vantagem diferenciadora", haja visto que "é crescente a tendência de os territórios não mais se especializarem em um esquema comparativo, mas escaparem das leis da concorrência quando elas são impossíveis de serem acompanhadas" (CAZELLA, DORIGON e PECQUEUR, 2023).

3 - Metodologia

De acordo com Ribeiro et al. (2015) a metodologia norteia o pesquisador, trazendo detalhes do conjunto de procedimentos aplicados ao longo da pesquisa,

além da forma de coletar os dados e informações, análise do material, para se chegar aos resultados pretendidos.

Trata-se de um estudo bibliográfico que, quanto aos objetivos, se caracteriza como qualitativa, visto que essa abordagem visa obter resultados mais significativos e abrangentes, pois o conjunto de categorias é, de modo geral, reexaminado e modificado sucessivamente (GIL, 2024).

As principais fontes de pesquisa para o presente estudo foram: Roque, 2023), na Região da Quarta Colônia no Rio Grande do Sul, que aborda a Teoria dos sítios simbólicos de pertencimento; Turnes et al (2023) que apresentam uma proposta de indicadores para a CBST e abordam sua relação com a Teoria Geral dos Sistemas – TGS; Thechio, et al (2019) no Oeste de Santa Catarina, que aborda a Teoria dos Comuns; e Milano e Cazella (2023) no Planalto norte de Santa Catarina e Froehlich e Roque (2023) que relacionam a CBST com o Enfoque das Coalisões de Atores

Quanto aos resultados, ao dar resposta a questão problema, enquadra-se como uma pesquisa exploratória que, de acordo com Gil (2024, p. 15), esse tipo de pesquisa "têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses".

A seguir serão apresentados e discutidos os resultados do estudo.

4 - Discussão dos Resultados

No presente tópico serão abordadas as articulações e relações entre o enfoque teórico metodológico da CBST com as demais teorias elencadas na metodologia.

4.1 Teoria dos sítios simbólicos de pertencimento.

Para Dorigon (2008) a abordagem teórica dos sítios simbólicos de pertencimento caracteriza-se como uma ferramenta de análise que viabiliza integrar a identidade regional com a noção de território e de cultura, sendo esses o resultado da economia de uma determinada região.

Os sítios, de acordo com Zaoual (2003) são comunidades compostas por sistemas de pertencimento e de sentido, contemplam o conjunto das dimensões de vida no território, tais como: o tempo, à arquitetura, espaço, natureza, técnicas, saber fazer, dinheiro, bem como empreendedorismo, dentre outras, que se materializam nos gestos e feitos dos atores, seja do formato material ou imaterial e orientam a ação dos indivíduos e suas organizações sociais.

Para Dorigon (2008) a teoria dos sítios simbólicos de pertencimento "concebe a diversidade humana nas suas diversas dimensões como potencial para a promoção de atividades econômicas e para a construção de relações sociais virtuosas nos múltiplos territórios – ou sítios", portanto sua concepção envolve um olhar para o mercado e também valoriza aspectos que não são comercializáveis, mas que viabilizam as condições de bem estar de um determinado grupo de pessoas.

Com o objetivo de trazer um novo olhar ao que intitula de "economia da violência", Zaoual (2003) destaca a importância dos contextos de atuação dos atores do território e o base da economia nas crenças e nas microssociedades locais. Em contraposição ao que denomina de *homo economicus*, que é fruto do discurso da globalização, em contrapartida o autor sugere o conceito de homo *situs*, tendo como argumento o fato de que as pessoas não se comportam da mesma maneira em todos os lugares, haja visto que a forma de pensar e agir socialmente se constroem num

determinado lugar – "*in situ*", de modo que cada local (sitio) é uma entidade imaterial que detém um conjunto de vida em dados meio.

Dorigon e Renk (2023) , por exemplo, ao analisar os sítios simbólicos dos colonos e dos caboclos do oeste de Santa Catarina, concluem que há na região um território partilhado com duas territorialidades, com processos históricos distintos onde houve a inclusão pela colonização do grupo dos colonos e a exclusão do outro grupo, os caboclos, e que "a escolha do idioma da comida como fio condutor permitiu traçar o homo situs apontando as peculiaridades, a processualidade e os desdobramentos dos entrecruzamentos das histórias", assim como os colonos, os caboclos também tem seus hábitos próprios.

Tecchio, et al, (2021) em estudo com enfoque na CBST, realizado na mesma região, o Oeste de Santa Catarina, junto ao território da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (AMOESC) identificaram bens, produtos e serviços mais ativos, como a Oktoberfest, produtos coloniais e as sementes crioulas e outros em fase inicial ou pouco ativados, como o turismo rural, de aventura e histórico-cultura. O estudo também identificou possíveis sinergias a serem mobilizadas pelos atores da região para a construção do efeito cesta, com destaque final para que a gestão dessa governança local contemple os atores socialmente vulneráveis.

Ambos os estudos, seja o de Dorigon e Renk (2023) que tem como base a teoria dos Sitios Simbólicos de Pertencimento ou de Tecchio, et al, (2021) com enfoque na CBST da região Oeste de Santa Catarina, detectam nos produtos coloniais, alinhados as sementes crioulas, aos eventos festivos e ao turismo rural, produtos e serviços com potencial para a promoção e valorização territorial.

Entretanto, de acordo com Dorigon (2023), o Enfoque da CBST está mais voltada para identificar e promover recursos e ativos territoriais específicos, que por sua vez são capazes de contribuir para o desenvolvimento territorial local, haja visto que podem gerar renda de qualidade territorial, já a teoria dos sítios simbólicos de pertencimento, além de considerar esses aspectos importantes, traz a dimensão do sentido de pertencimento a um determinado território e a uma cultura, pois contém os aspectos culturais e a trajetória de determinado grupo social e suas relações.

Outra diferença entre as duas teorias, segundo Dorigon (2023), está no fato de que na abordagem dos sítios há um destaque para as dinâmicas locais, ao cognitivo ao "reconhecimento da diversidade de práticas dos atores enraizados em seus universos locais".

No que se refere as proximidades das duas abordagens, seja da CBST ou dos sítios simbólicos de pertencimento, ambas consideram o território a "escala mais adequada para se pensar estratégias de desenvolvimento" (DORIGON, 2023).

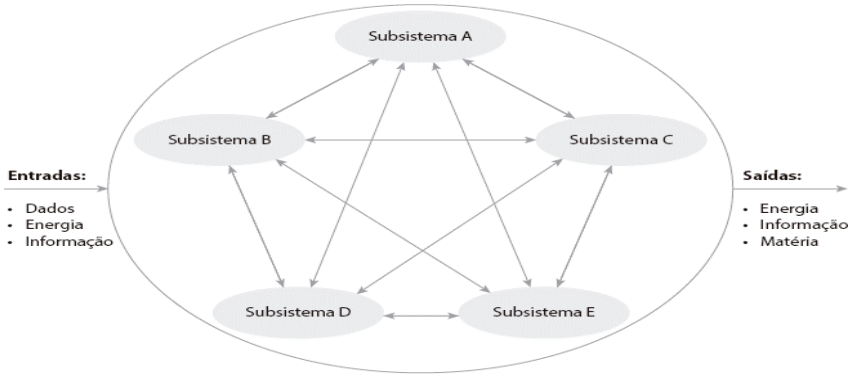
A seguir será explanada a Teoria Geral dos Sistemas – TGS e sua relação com a CBST.

4.2 – Teoria Geral dos Sistemas – TGS

De acordo com Chiavenato (2004) o sistema remete a ideia de conectividade, é uma palavra que vem do grego (*sum* = com e *istemi* = colocar junto) onde cada elemento está contido em algo maior, como blocos ou conjunto de blocos para construção, sistema é "um conjunto de elementos dinamicamente relacionados entre si, formando uma atividade para atingir um objetivo, operando sobre entradas (informação, energia ou matéria) e fornecendo saídas (informação, energia ou

matéria) processada" (CHIAVENATO, 2004, . 328), os elementos e rede de relações que ocorrem entre eles são aspectos relevantes para a definição de um sistema.

Figura 1 – Exemplo de sistema



Fonte: Chiavenato, 2004, p. 328

Para Martinelli (2023, p.2) o conceito de sistema utilizado pelas ciências sociais foi emprestado das ciências exatas, trata-se da "disposição das partes ou dos elementos de um todo, coordenados entre si e que funcionam como uma estrutura organizada", entretanto essa organização nem sempre funciona em fluxo contínuo, problemas podem surgir impedindo a interação dos subsistemas, sendo assim é preciso uma abordagem sistêmica e, a medida que a quantidade de elementos aumenta (subsistemas), sua complexidade também tende a ser maior.

Para tratar dessa complexidade, nos anos de 1930 Ludwig von Bertalanffy, um biólogo, com suas pesquisas voltada a busca de amplas generalizações, introduziu o conceito de visão sistêmica na ciência, o que deu início à Teoria Geral dos Sistemas – TGS que, de acordo com Martinelli (2023, p. 8), "é um modelo de análise do mundo empírico, um modelo de como analisar fenômenos complexos enquanto sistema, um todo com partes interrelacionadas".

No que diz respeito a relação da TGS com a CBST Turnes et al (2023) dizem que "o processo de criação de uma CBST é compreendido neste estudo como um fenômeno que pode ser analisado à luz da Teoria Geral de Sistema, pois permite uma visão sistêmica da situação, com destaque para a interdependência dos seus elementos".

Assim como no conceito de sistemas, onde as partes ou subsistemas se interrelacionam e seu funcionamento dá origem a outra estrutura organizada (MARTINELLI, 2023), na CBST as "partes isoladas ou os subsistemas considerados, ao serem analisados em conjunto, na forma de sistema de indicadores, permitem um grau de informação diferente, do que quando isolados" (TURNES, et al, 2023).

Um sistema de indicadores pode ajudar a gerar informações sobre uma determinada realidade, sua característica principal está na "capacidade de sintetizar um conjunto complexo de informações" e ao direcionar o objetivo desse sistema "para a compreensão do efeito cesta, podemos conceber um sistema de indicadores como um conjunto de partes que interagem e são interdependentes" (TURNES, et al, 2023).

Percebe-se, portanto, que o conceito de sistemas adotado na TGS é válido para a CBST, pois uma cesta pode ser constituída por produtos ou serviços de diferentes setores, numa combinação de bens privados e públicos (PECQUEUR, 2005), o que viabiliza o envolvimento de uma quantidade maior de atores, contribuindo para o desenvolvimento do território, Mello e Froehlich (2022).

A próxima teoria a ser analisada é a dos comuns, cuja mesma foi discutida por Milando e Cazella (2023)

4.3 – Teoria dos comuns

A capacidade de pessoas, atuando em grupo de forma voluntária na gestão e uso compartilhado de recursos, sem a presença de empresas privadas, representando o mercado, ou do estado para regular, era algo visto com pessimismo até a década de 1980 quando Ostrom (1990) demonstra que grupos locais tem essa capacidade de construir arranjos institucionais, seja atuando de maneira isolada ou com ajuda de atores externos para gerencias recursos com sucesso.

A teoria dos comuns foi objeto pesquisa por Milano e Cazella (2023) no estudo de caso sobre a trajetória de constituição da Indicação Geográfica - IG Erva-Mate Planalto Norte Catarinense, que teve como objetivo aprofundar a análise da governança de IGs e discutir seu potencial para a implementação de uma CBST, tendo por base a Teoria dos Comuns.

Na formulação da CBST, de acordo com Milano e Cazella (2023), os autores não trabalharam com a governança policêntrica, entretanto as duas abordagens, CBST e teoria dos comuns, se aproximam ao considerarem que "os indivíduos e comunidades engajadas nos sistemas de governança estabelecem seus próprios objetivos, pode-se privilegiar nesse processo valores como sustentabilidade e equidade, além da eficiência econômica".

O arcabouço teórico metodológico da CBST, de acordo com Hirczak el al (2008), prevê o envolvimento de atores públicos, privados e associativo de forma equilibrada, solidária e convergente, sendo esse também o um dos fundamentos da teoria dos comuns formulada por Ostrom, Tiebout e Warren (1961), que tem como premissa um sistema de governança policêntrica, assim como na configuração da CBST, onde há "um processo dinâmico, contínuo e permanente, que pressupõe a

coordenação entre os atores territoriais" (MILANO e CAZELLA, 2023), tem-se, portanto, um sistema de governança territorial e seu sucesso depende da capacidade e eficiência da coordenação entre seus atores.

Os princípios para que as chances de êxito que favorecem a sustentabilidade dos sistemas de autogovernança territorial, no longo prazo, foram sistematizados por Ostrom (1990) em: 1) limites claramente definidos; 2) regras congruentes com as necessidades e condições locais; 3) existência de arranjos para a tomada de decisão coletiva; 4) monitoramento das ações e de seus efeitos sobre os recursos; 5) sanções graduais às infrações; 6) mecanismos de resolução de conflitos acessíveis aos usuários; 7) respeito às instituições locais por autoridades externas; e 8) alinhamento de iniciativas de diferentes níveis.

De acordo com Milano e Cazella (2023) a ações da autogovernança territorial prevista na teoria dos comuns, estão organizadas em múltiplos níveis, onde as iniciativas locais interagem com as mais abrangentes e sua análise contempla três níveis: Escolhas constitucionais; escolhas coletivas; e escolhas operacionais.

A abordagem da teoria dos comuns, que inicialmente contemplava o uso comum tradicional, atualmente também considera outros recursos tais como: o espaço urbano, o conhecimento, a cultura, o patrimônio genético e a internet. Essa concepção mais ampliada considera o interesse e a organização da coletividade como fatores-chave (CESAR; LUNA; PERKINS, 2020).

Nesse sentido, Milano e Cazella (2023), apontam que é "possível compreender uma IG como um comum, dado que um grupo de atores locais detém o saber-fazer e a reputação territorial enquanto recursos compartilhados e age coletivamente para valorizá-los e preservá-los". Os estudos de Kizos e Vakoufaris

(2011), sobre uma IG de azeite de oliva na Grécia, concluíram que "os benefícios econômicos e sociais não se restringem às áreas de produção e à cadeia produtiva, alcançando outros negócios e a população local em geral", sendo assim, além de considerarem a IG um *comum*, ao demonstrar suas conexões com outras iniciativas do território, também percebe-se no estudo relação forte entre a teoria dos comuns e a abordagem do enfoque teórico metodológico da CBST, onde os recursos específicos do território ganham relevância.

Entretanto no estudo de Kizos e Vakoufaris (2011), a Renda de Qualidade Territorial não foi convertida em ganhos para os pequenos produtores, uma vez que os preços do Azeite e Oliva dependem das cotações internacionais e quando são valorizados os grandes engarrafadores não repassam tais ganhos para os agricultores que sobrevivem ao negócio por terem outras fontes de renda e também por contar com subsídios, mesmo assim recebem apoio de toda a comunidade, seja por razões sociais ou ambientais, o que contribui para garantir meios de subsistência, conservar os recursos naturais e a biodiversidade.

Por fim na sequencia será abordada a relação da CBST com o Enfoque das coalizões de atores, que foi discutida por Desconsi (2023)

4.4 - Enfoques das Coalisões de Atores

O artigo de Desconsi (2023) intitulado "a formação de agentes de desenvolvimento no enfoque da cesta de bens e serviços territoriais" analisa a formação de agentes territoriais no domínio da coordenação de iniciativas concentradas de desenvolvimento territorial sustentável e "evidencia o potencial do enfoque CBST para ampliar as capacidades e competências dos atores públicos,

privados e associativos dos territórios", o que viabiliza conhecimentos sobre o arcabouço teórico metodológico da CBST para analises dos processos de desenvolvimento, bem como expõe possibilidades de fortalecimento das iniciativas de governança sustentadas numa proposta de cesta de produtos e serviços específicos do território.

Ao abordar o desenvolvimento territorial e suas perspectivas de formação, Desconsi (2023) aponta a abordagem de que o "desenvolvimento territorial se assenta na capacidade dos atores de definir e planejar os rumos do seu desenvolvimento" e traz para a discussão o Enfoque das Coalizões de Atores que, de acordo com Bacelar (2009), "trata-se de considerar a formação de determinadas coalizões mais ou menos coordenadas, em nível multiescalar (local, regional, nacional), sobre o uso do espaço e dos recursos, fortalecendo laços de proximidade, identidades e conhecimentos compartilhados".

De acordo com Thies e Ebenau (2021), o quadro analítico da Teoria da Coalizão de Atores fornecido pelo modelo de coalizões de interesse, "mostra-se mais adequado à análise das políticas públicas em situações que envolvem divergências de entendimentos, conflitos e disputas", é uma abordagem que compreende que as políticas públicas geram tensionamento, bem como concebe destaque ao papel do aprendizado, do conhecimento no processo político e na mudança das políticas públicas. Entretanto na coalizão dos atores a busca de uma solução, do aceite ou não da política pública em implantação, vai depender das afinidades existentes os envolvidos.

Para Desconsi (2023) "necessariamente, são os atores que reconhecem os recursos e podem construir mecanismos para que estes sejam valorizados ao se

articularem entre si para construir mecanismos de governança eficientes" e nessa perspectiva o enfoque da CBST pode contribuir na formação dos atores locais em dois eixos: Sensibilização para revelar e promover ações de valorização dos recursos territoriais; e no fortalecimento da governança territorial.

A demarcação das principais diferenças e semelhanças existentes entre os Enfoques da Coalisão de Atores (BACELAR, 2009) e da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (MOLLARD E PECQUEUR, 2023), Desconsi (2023) diz que o Enfoque das Coalisões de Atores concentra sua atenção e ações na articulação, formação e capacitação dos atores em torno das políticas públicas, priorizando espaços para decisão e deliberação, já no enfoque da CBST, "a construção de ações de formação se dá no próprio processo de construção da cesta, ou seja, nas distintas formas coletivas de valorização e especificação de recursos e ativos territoriais" (DESCONSI, 2023).

5 - Considerações finais

O presente artigo abordou quatro teorias utilizadas em estudos no Brasil, trazendo suas semelhanças, diferenças e complementariedades em relação ao enfoque teórico metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais – CBST, sendo elas: Teoria dos sítios simbólicos de pertencimento (TECCHIO, et al, 2021 e DORIGON, 2023), Teoria Geral dos Sistemas – TGS (TURNES, et al, 2023), Teoria dos comuns (MILANO e CAZELLA, 2023) e o Enfoques das Coalisões de Atores (DESCONSI, 2023).

De acordo com Tecchio, et al, (2021) e Dorigon (2023), o Enfoque da CBST está mais voltada para identificar e promover recursos e ativos territoriais específicos, que por sua vez são capazes de contribuir para o desenvolvimento

territorial, haja visto que podem gerar renda de qualidade territorial, já a teoria dos sítios simbólicos de pertencimento, além de considerar esses aspectos importantes, traz a dimensão do sentido de pertencimento a um determinado território e a uma cultura, pois contém os aspectos culturais e a trajetória de determinado grupo social e suas relações.

O conceito de sistemas adotado na TGS é válido para a CBST, pois uma cesta pode ser constituída por produtos ou serviços de diferentes setores, numa combinação de bens privados e públicos (PECQUEUR, 2005), o que viabiliza o envolvimento de uma quantidade maior de atores, contribuindo para o desenvolvimento do território, Mello e Froehlich (2022).

Milano e Cazella (2023), seguem a linha de trabalho de Kizos e Vakoufaris (2011) e considerarem a IG um *comum* e apontam no estudo uma relação forte entre a Teoria dos comuns e a abordagem do enfoque teórico metodológico da CBST, onde os recursos específicos do território ganham relevância, entretanto é preciso um sistema de governança territorial para garantir a geração de renda aos atores do território e seu sucesso depende da capacidade e eficiência da coordenação entre os atores envolvidos.

O Enfoque das Coalisões de Atores, segundo Desconsi (2023), concentra sua atenção e ações na articulação, formação e capacitação dos atores em torno das políticas públicas, priorizando espaços para decisão e deliberação, já no enfoque da CBST as atenções estão mais voltadas aos recursos e ativos territoriais que geram renda de qualidade territorial aos atores.

Referencias

BACELAR, T. Gestão social e desenvolvimento sustentável dos territórios, o desafio da multidimensionalidade: uma visão a partir do Brasil. In: BACELAR, T. et al. (Org.). Gestão Social dos Territórios. Brasília: Série DRS, IICA, 2009

CAZELLA, A.A. DE PAULA, L.G.N; MEDEIROS, M. TURNES, V.A. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específico. Redes (Santa Cruz do Sul. Online), v. 24, n. 3, p. 49-74, setembro-dezembro, 2019.

CAZELLA, A. A.; DORIGON, C.; PECQUEUR, B. Da economia de escala à especificação de recursos territoriais: introdução ao dossiê "Desenvolvimento Rural e a Cesta de Bens e Serviços Territoriais". Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 1–21, 2022. DOI: 10.37370/raizes.2022.v42.797. Disponível em: http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/797. Acesso em: 16 out. 2023.

CESAR, M.; LUNA, I.; PERKINS, E. De tragédia a solução: a atualidade teórica e empírica dos recursos comuns no Brasil. Nova Economia, v. 30, n. 1, p. 7–35, 2020. DOI: 10.1590/0103-6351/4835. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512020000100007&tlng=pt. Acesso em: 21 out. 2023.

CHIAVENATO, I. Introdução à Teoria Geral da Administração - Uma Visão Abrangente da Moderna Administração das Organizações: Edição compacta. 3ª ed., 5ª reimpr. Rio de Janeiro: Elsever, 2004.

DE PAULA, L. Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma possível estratégia de desenvolvimento territorial para a Serra Catarinense? Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2019.

DESCONSI, C. A formação de agentes de desenvolvimento no enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 241–258, 2022. DOI: 10.37370/raizes.2022.v42.783. Disponível em: https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/783. Acesso em: 25 jul. 2023.

DORIGON, C. A teoria dos sítios simbólicos de pertencimento e as interfaces com o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, *[S. l.]*, v. 42, n. 1, p. 114–133, 2022. DOI: 10.37370/raizes.2022.v42.782. Disponível em: https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/782. Acesso em: 13 ago. 2023.

DORIGON, C. Mercados de produtos coloniais da região Oeste de Santa Catarina: em construção. 2008. 437 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

DORIGON, C.; RENK, A. Os sítios simbólicos de pertencimento dos colonos e dos caboclos do oeste de Santa Catarina. Os sítios simbólicos de pertencimento dos colonos e dos caboclos do oeste de Santa Catarina Revista grifos, vol. 27, núm. 45, 2018 Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Brasil Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=572960989007. Acesso em: 23 ago. 2023.

FROEHLICH, J. M.; ROQUE, A. P. O Território Quarta Colônia sob o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma perspectiva histórica. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 168–185, 2022. DOI: 10.37370/raizes.2022.v42.787. Disponível em: https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/787. Acesso em: 6 set. 2023.

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa, 6ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2017. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012934/. Acesso em: 03 abr. 2024.

KIZOS, T.; VAKOUFARIS, H. Valorisation of a local asset: The case of olive oil on Lesvos Island, Greece. *Food Policy*, v. 36, n. 5, p. 705–714, 2011. DOI: 10.1016/j.foodpol.2011.06.005.Disponível em: https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0306919211000820. Acesso em: 23 out. 2023.

LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597026580. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026580/. Acesso em: 09 nov. 2023.

LINS, H.N. Desenvolvimento territorial rural em foco: termos do debate e destaque para os sistemas agroalimentares localizados e o agroturismo. V Seminário de Ciências Sociais Aplicadas, UNESC; 2016.

MARTINELLI, Dante P. Teoria geral dos sistemas. São Paulo: Editora Saraiva, 2012. E-book. ISBN 9788502180390. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502180390/. Acesso em: 16 Set. 2023.

MEDEIROS, M.; SABLAYROLLES, P. J. L.; CAZELLA, A. A. A configuração de Cesta de Bens e Serviços Territoriais como estratégia inovadora de desenvolvimento amazônico. Redes, v. 26, 23 dez. 2021.

MELLO, C.I. FROEHLICH, J.C. O bem que falta na cesta: o artesanato no território Quarta Colônia, RS. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/download/ESA27-2_o_bem_que_falta/ESA27-2_o_bem_que_falta_PDF/3988, acessado em 10/03/2022.

MILANO, M. Z. .; CAZELLA, A. A. Da governança da indicação geográfica à governança da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma análise a partir da teoria dos comuns. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 74–92, 2022. DOI: 10.37370/raizes.2022.v42.773. Disponível em: https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/ind ex.php/raizes/article/view/773. Acesso em: 12 jul. 2023.

MOLLARD, A.; PECQUEUR, B. De l'hypothèse au modèle du panier de biens et de services Histoire succincte d'une recherche. Economie rurale, v. 300, p. 110-114, 2007. Disponível em: < https://journals.openedition.org/economierurale/2270>. Acessado em: 10 de fevereiro de 2023.

OSTROM, E. Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, V.; TIEBOUT, C. M.; WARREN, R. The Organization of Government in Metropolitan Areas: A Theoretical Inquiry. American Political Science Review, v. 55, n. 4, p. 831–842, 1961. DOI: 10.2307/1952530. Disponível em:https://www.cambridge.org/core/product/identifier/S0003055400125973/type/journal_article.

PECQUEUR, B. Qualite et développement – L'hypothese du panier de biens. In: Symposium sur le développement regional. INRA-DADP. Montpellier, 2001.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. *Eisforia*, Florianópolis, v. 4, n. especial, p. 81-103, 2006a. https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2015/03/revista_eisforia_n4.pdf. Acesso em: 14 Nov. 2023.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. Raízes, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, 2005.

RIBEIRO, M. A.; LACERDA, R. S. (Orgs.). Metodologias da pesquisa para enfermagem e saúde: da teoria à prática. Porto Alegre: Moriá, 2015.

TECCHIO, A.; CAZELLA, A. A.; SABOURIN, E; CORTES, G. Estratégias alimentares de famílias pobres no Oeste de Santa Catarina. Redes: Revista de Desenvolvimento Regional, v. 24, n. 3, p. 217-240. 2019.

THIES, V. F. Y EBENAU, L. A. Coalizões de interesse e agências políticas relacionadas ao Complexo Garabi na fronteira Brasil e Argentina. Polis Revista Latinoamericana, 20 (60), 149-173, 2021. doi: http://dx.doi.org/10.32735/S0718-6568/2021-N60-1511

TURNES, V.; CAZELLA, A. A.; PECQUEUR, B.; GUZZATTI, T. C. Monitoramento de uma Cesta De Bens e Serviços Territoriais: a construção de um painel de indicadores. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 224–240, 2022. DOI: 10.37370/raizes.2022.v42.784. Disponível em: https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/784. Acesso em: 16 ago. 2023.

ZAOUAL, H. O homo situs e suas perspectivas paradigmáticas. Oikos, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 13-39, 2010. Disponível em: http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/196/126. Acesso em: 16 set. 2023.

ZAOUAL, H. Globalização e diversidade cultural. São Paulo: Cortez, 2003. 120 p.